

Edição 318 - Brasília, 24 de fevereiro de 2017.

## **Fórum de Reitores, Missão Internacional e Câmaras Técnicas discutidos na primeira reunião administrativa de 2017**



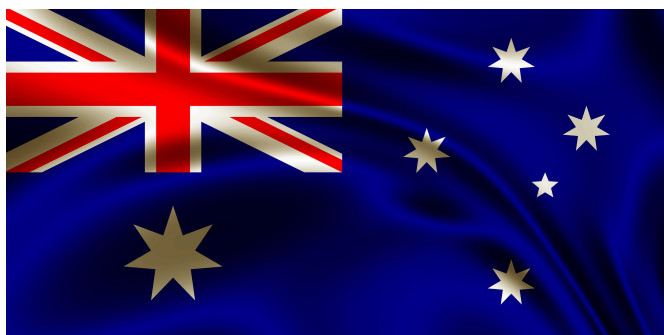
Os dirigentes das instituições de ensino superior afiliadas a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) se reuniram, em Brasília, na nova sede da entidade, pela primeira vez. A reunião administrativa de fevereiro de 2017 foi realizada na última quarta-feira (22) e contou com uma pauta ampla.

Um dos assuntos deliberados foi a indicação para a criação de duas novas Câmaras Técnicas – a CT de Gestão, Governança e Legislação e a CT das Universidades Municipais. “Nós aprovamos a proposta que, agora, deverá ser amplamente debatida no 60. Fórum Nacional de Reitores das Abruem, que será realizado no mês de maio, na Paraíba. Lá é que a proposta de criação será apreciada”, relatou o presidente da Abruem, reitor Aldo Nelson Bona (Unicentro). Ainda em relação ao encontro dos reitores desse primeiro semestre, foi discutido e definido o tema central das discussões: “Governança pública: transparência e controle social na gestão do Ensino Superior”.

A Missão Internacional de 2017 promovida pela Abruem também foi tema de discussões na reunião. A Embaixada da Austrália em Brasília enviou, formalmente, o convite para as universidades associadas participarem da viagem de troca acadêmica e científica, que se dará entre os dias 02 e 13 de outubro. Segundo o conselheiro de Educação e Ciência da Austrália para a América Latina, Niclas Jonsson, “essa será uma oportunidade única para mapear oportunidades de cooperação com as universidades australianas. Nosso país já reconhece o Brasil como um dos parceiros prioritários para o desenvolvimento de parcerias nos campos da ciência e da inovação”.

Para que a viagem seja produtiva e traga resultados para as universidades afiliadas, a Abruem, constantemente, está negociando com a Embaixada da Austrália o roteiro de visitas técnicas. “A missão tem como objetivo discutir novas possibilidades de cooperação entre as universidades brasileiras e as australianas que proporcionem o aprimoramento e a internacionalização da educação superior dos dois países, com foco principal no apoio ao desenvolvimento de pesquisas bilaterais, no aprimoramento do ensino do inglês nas universidades estaduais e municipais brasileiras e na

(continuação da página 1)



criação de novos mecanismos de mobilidade docente, discente e de corpo técnico”, explicou o presidente da Associação de Reitores.

Nesse sentido, a secretaria executiva da Abruem apresentou uma proposta preliminar de programação para apreciação dos reitores associados, contendo visitas técnicas e reuniões de trabalho nas cidades de Sydney, Camberra, Melbourne, Hobart e participação na

Conferência Australiana de Educação Internacional. As sugestões de alteração, acréscimo ou supressão de itens na programação, visando o estabelecimento e o fortalecimento de acordos devem ser enviadas para a secretaria da Associação.

Ao mesmo tempo em que apresenta demandas à Embaixada, a Abruem também tem recebido solicitações do Departamento de Educação australiano. Um deles refere-se aos procedimentos de viagem, por isso é preciso que as instituições confirmem, ou não, o interesse em participar da missão. Por isso, a secretaria enviou aos reitores um e-mail com informações detalhadas sobre a viagem e, também, uma ficha de inscrição que precisa ser devolvida preenchida para os e-mail [abruem@abruem.org.br](mailto:abruem@abruem.org.br) ou [abruem@gmail.com](mailto:abruem@gmail.com) até, no máximo, dia 10 de março.

### **Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC apresenta, na Abruem, Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos**

A reunião administrativa contou ainda com uma apresentação sobre os objetivos do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, conduzida pelo diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, do Ministério da Educação (MEC), Daniel Ximenes.



“Exercitar o respeito e a tolerância, e promover e valorizar a diversidade são virtudes públicas que precisam ser objeto de compreensão, de estudos, de debates e de ações pela comunidade acadêmica. Elas devem impregnar a cultura das instituições de ensino superior, estando presentes nas suas práticas pedagógicas e nos seus procedimentos de gestão”, defendeu.

Ximenes lembrou que, ao longo dos anos, o marco normativo brasileiro avançou a passos largos no quesito dos direitos humanos e da cidadania, desde a Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, até o Plano Nacional de Educação.

É nesse cenário, então, que o Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos é proposto pelo Ministério da Educação. “Seu objetivo é promover iniciativas de respeito à diversidade e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência no ambiente universitário, por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e promoção dos direitos humanos nas instituições de ensino superior. Para isso, as práticas que envolvem direitos humanos devem estar presentes tanto na elaboração do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do projetos pedagógicos, quanto na organização curricular e no desenvolvimento de modelos de gestão, de avaliação e, principalmente, nas relações cotidianas”, dissertou.

Assim, a proposta do Pacto é que cada universidade signatária, que assinou ao Termo de Adesão, monte um Comitê Gestor formado por professores, funcionários e alunos, e elabore um Plano de Trabalho em que se compromete a desenvolver ações em, pelos menos, um dos cinco eixos definidos pelo MEC: Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Convivência. O monitoramento das atividades ficará a cargo de uma Comissão Nacional e a disseminação será feito pelo Portal de Educação em Direitos Humanos.



## Proext e Pnaest são tema de audiência na Secretaria de Educação Superior

*Reitores da Abruem foram recebidos pelo secretário Paulo Barone*

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), Paulo Barone, recebeu os reitores das universidades associadas à Abruem

(Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) na última quinta-feira (23). O objetivo da audiência, realizada em Brasília, era debater estratégias e critérios para a expansão da educação superior pública brasileira. Porém, devido ao atraso na agenda do secretário em virtude de outros compromissos, não houve tempo hábil para a apresentação de proposições. Segundo o presidente da Associação, reitor Aldo Nelson Bona (Unicentro), foram tecidos apenas alguns comentários e firmou-se o compromisso de que a Abruem aprofundará o debate e apresentará, formalmente, suas propostas a respeito da temática.

“De todo modo”, contou Bona, “aproveitamos a ocasião para apresentar outros temas de interesse da Abruem”. Um desses assuntos é o pagamento do Edital 2014 do Proext (Programa de Extensão Universitária). “Tão logo nos manifestamos já recebemos o posicionamento da SESu. O secretário informou que o setor jurídico do MEC apontou para a impossibilidade de realizar esse pagamento em razão do tempo decorrido. Entretanto, será lançado o Edital 2016 do Proext com um volume maior de recursos. O modelo não está de todo formatado ainda, mas o objetivo é diminuir a quantidade de projetos, e que estes sejam institucionais”.

Outro tema discutido foi o Pnaest (Programa Nacional de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais), tanto o pagamento de edições anteriores quanto a continuidade do programa. “O secretário deixou claro que, na atual conjuntura, ele não teve condições de programar o orçamento do Pnaest para 2017. Então, nesse ano, igualmente, as universidades que aderiram ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada) não receberão os recursos previstos. Contra-argumentamos da importância dessa verba para o apoio aos estudantes já que a realização do Sisu nos traz uma demanda de estudantes que precisam de apoio institucional maior do que a necessidade que nos traz os que ingressam pelo vestibular. Afirmamos que nós não temos condições de dar conta disso e que, portanto, se não haverá mais o Pnaest, nossas instituições irão reavaliar a decisão de ingresso no Sisu”, relatou Aldo. Diante do exposto pelos reitores, Barone pediu um tempo para definir se o programa será priorizado e mesmo se terá continuidade.

O terceiro e último tema foi o pleito apresentado pela Abruem de que o governo federal passe a custear parte das despesas das universidades estaduais e municipais, como contrapartida a oferta de educação superior pública e gratuita pelos estados e municípios. Paulo Barone solicitou que um projeto seja estruturado e apresentado pela Abruem para apreciação pela secretaria.

### Curtas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, receberá os reitores da Abruem no dia 07 de março, às 11h. O objetivo é debater a PEC 395 e o financiamento das universidades estaduais e municipais pelo governo federal. Os reitores devem confirmar presença, impreterivelmente, até o dia 03 de março pelo e-mail [abruem@abruem.org.br](mailto:abruem@abruem.org.br).

A Abruem indicou os professores Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues e Sueli Édi Rufino, respectivamente, pró-reitores de Graduação das Universidade de Pernambuco (UPE) e Estadual de Londrina (UEL) para representá-la no Grupo de Trabalho Institucionalização do fomento da Capes à formação de professores nas IES.

